Proc. TC-025.186/2013-2
Tomada de Contas Especial

PARECER

Trata-se de recurso de revisão interposto pela Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano (Carimilk) contra o Acórdão 1.864/2017-1ª Câmara, por meio do qual a responsável teve suas contas julgadas irregulares, com imputação de débito solidário com Gilmar Aureliano de Lima e aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

Em manifestações uniformes, a Serur propõe:

- a) conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento no sentido de julgar regulares as contas da Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano (Carimilk), dando-lhe quitação plena, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992;
- b) Manter o julgamento pela irregularidade das contas de Gilmar Aureliano de Lima, agora com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “b”, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;
- c) reavaliar a fundamentação e a dosimetria da multa aplicada ao Sr. Gilmar Aureliano de Lima;
- d) comunicar à recorrente e ao Sr. Gilmar Aureliano de Lima a deliberação que vier a ser proferida por esta Corte.

Com pontual ajuste, estamos de acordo com o encaminhamento de mérito formulado pela unidade técnica.

Em pesquisa aos repositórios de jurisprudência da Corte, observamos que após o exame da Serur outros acórdãos foram proferidos na mesma linha indicada pelo órgão instrutivo, afastando a responsabilidade dos laticínios, a exemplo dos Acórdãos 1.489/2021, 1.535/2021 e 1.528/2021, ambos do Plenário.

Em tais deliberações a questão da multa já foi apreciada, com a constatação de que o valor máximo aplicado ao Sr. Gilmar Aureliano de Lima já fora atingido.

Desse modo, em harmonia com os termos das deliberações acima referidas, opinamos no sentido de que seja adotado o seguinte encaminhamento:

- a) conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento.
- b) tornar insubsistentes os subitens 9.1 a 9.6 do Acórdão 1.861/2017-TCU-Primeira Câmara;
- c) julgar regulares as contas da Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental Paraibano (Carimilk), dando-lhe quitação plena, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992;

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

- d) julgar irregulares as contas de Gilmar Aureliano de Lima, agora com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “b”, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992.

Ministério Público, em 31 de janeiro de 2022.

(Assinado Eletronicamente)
Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador